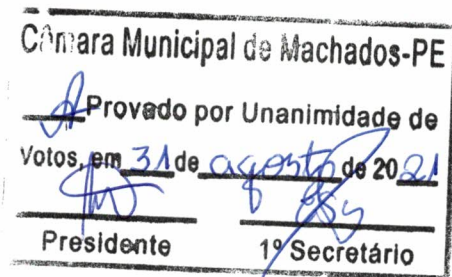


PROJETO DE LEI N.º 002/2021



Ementa: Dispõe priorizar à MULHER vítima de violência doméstica nos Programas Sociais de acesso à moradia, e benefícios eventuais, estabelecendo critérios

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo amparar a mulher em situação de vulnerabilidade social, vítima de violência doméstica e familiar como prioridade no cadastro de programas habitacionais, benefícios eventuais, programas executados pela SEMAS e estabelecendo critérios para a concessão do benefício através de análises Técnicas da Secretaria de Assistência Social.

Parágrafo único: A mulher vítima de violência doméstica e familiar e as mulheres responsáveis financeiramente pela unidade familiar terão prioridade na contratação de financiamentos habitacionais e em todos os programas sociais aplicados e conveniados no município.

Art. 2º Caso constem, entre as beneficiárias no Sistema dos programas de Assistência Social, mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, seus dados deverão ser anonimizados quando da divulgação da relação de beneficiários, nos termos do art. 5º, inciso XI, da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 1º Para a concessão da prioridade definida do caput, a situação de violência doméstica e familiar deverá ser comprovada com alguns dos seguintes documentos:

- I – Tramitação de inquérito policial instaurado, de medida protetiva aplicada ou de ação penal baseada na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006;
- II – Relatório ou parecer técnico de componentes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

III - Relatório ou parecer técnico do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS

IV – Acompanhamento ou participação no grupo de mulheres ministrado pela Coordenação da Mulher do Município.

Art.3º. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 1º A concessão do benefício de que trata este artigo será definido pelo Poder Executivo Municipal e previsto nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelo respectivo Conselho de Assistência Social.

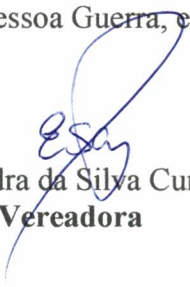
(Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei ocorrerão por dotações orçamentárias próprias ou subsidiadas com recursos específicos da União ou Estado.

Art. 4º A presente Lei será regulamentada pelo Executivo no prazo de 60 dias, contados da sua publicação.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Plenário da Casa Legislativa Flávio Pessoa Guerra, em 17 de agosto de 2021.


Elisandra da Silva Cunha
Vereadora

JUSTIFICATIVA:


O presente Projeto vem proporcionar prioridade no acesso a programas de benefícios sociais e moradia a mulheres em situação de vulnerabilidade social vítima de violência doméstica, ainda mais relevante diante do cenário de pandemia, quando a violência doméstica e familiar cresceu consideravelmente. Um levantamento encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que cerca de 17 milhões de brasileiras sofreram algum tipo de violência, ou seja, a cada 1 minuto 8 mulheres estão sendo agredidas. E em nossa cidade, de acordo com a Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco o Município de Machados teve registrado exatamente 29 casos de violência doméstica e familiar no primeiro semestre.

Precisamos apresentar saídas para as mulheres agredidas, é um alento que está ao nosso alcance mudar essa realidade, no mínimo apresentarmos uma esperança, certamente contribuirá para combater o flagelo da violência contra a mulher em nosso município, requerendo para tanto apenas a reorganização de prioridades no acesso a programas sociais de moradia e benefícios eventuais, sem custo adicional ao cofre público. Restam, portanto, demonstrados o mérito humanitário, a razoabilidade e a adequação da proposta aos fins almejados

Assim, faço esse apelo ao Poder Executivo Municipal, a fim de que possa proporcionar esperança, segurança e amparo as mulheres que sofrem silenciosamente.

Da decisão desta Casa dê-se ciência ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Plenário da Casa Legislativa Flávio Pessoa Guerra, em 17 de agosto de 2021.



Elisandra da Silva Cunha
Vereadora